



MOVIMENTO DE MULHERES E COMERCIO INFORMAL ENTRE ÁFRICA E BRASIL: uma comparação no eixo sul-sul

Tatiana Raquel Reis¹
Viviane de Oliveira Barbosa²
Orlando Almeida dos Santos³

PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

A partir de uma perspectiva comparativa e tendo como foco de análise o eixo sul-sul, a presente proposta visa explorar a vivência de mulheres comerciantes e trabalhadoras rurais em Cabo Verde, Angola, África do Sul e Brasil. Este último tem servido como contraponto para que possamos melhor compreender as agendas que tem impulsionado o movimento de mulheres em África, quer seja na luta pelo acesso a terra, na implementação de políticas públicas que possam eliminar a exploração e dominação masculina ou mesmo buscando a emancipação financeira através da inserção no comercio informal. Em ambos os contextos as reivindicações estão diretamente conectadas. Como será possível perceber a crise do sistema capitalista tem afetado diretamente a realidade de muitas dessas mulheres impulsionando, inclusive, o rearranjo das relações de gênero.

Como forma de melhor elucidar a apresentação da proposta, destacamos abaixo os temas que serão trabalhos por cada palestrante:

Palestrante 1:

Mulheres em movimento: as rabidantes cabo-verdianas e o comercio informal transatlântico

O comercio informal desenvolvido por mulheres pode ser observado em diversos países africanos. Em Cabo Verde as rabidantes, forma como são denominadas as pessoas que comercializam produtos em ruas, feiras e mercados, têm constituído um dos principais pilares de sustentação da economia local. Essas mulheres se deslocam para diferentes destinos em busca de roupas, lingerie, calçados, bijuterias e produtos de

¹ Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Professora adjunta vinculada ao Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: tatianaraquel.reis@gmail.com.

² Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de História do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: viviolibia@yahoo.com.br

³ Doutorando em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista da CAPES/CNPq-IEL Nacional – Brasil. E-mail: jindungo633@gmail.com



cabelo. A aquisição destes artigos se dá majoritariamente no Brasil, Portugal, Estados Unidos e Holanda. Nesta apresentação busca-se compreender a movimentação destas mulheres e a circulação de objetos através do atlântico.

Palestrante 2

Movimentos Sociais no Brasil e na África do Sul: uma comparação no eixo Sul-Sul

Discriminadas e excluídas por suas condições de gênero, étnico-raciais e seus múltiplos pertencimentos, mulheres rurais em diversos lugares do mundo têm se organizado em movimentos sociais. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), no Brasil, e o Rural Women's Movement (RWM), na África do Sul, constituem duas dessas organizações. Pretende-se abordar as principais agendas e demandas desses dois movimentos, buscando uma análise comparativa no eixo Sul-Sul que considera semelhanças e particularidades nas experiências de mulheres rurais brasileiras e sul-africanas na luta por direitos e políticas públicas.

Palestrante 3

Trajetórias femininas nos comércios de rua em Luanda e Salvador

A presente apresentação procura desenvolver uma reflexão em torno da presença e participação de mulheres em atividades comerciais e ocupações de rua no Brasil e em Angola, especialmente pensando Salvador e Luanda. A existência de similitudes culturais e histórias compartilhadas entre as duas cidades nos dá base para estabelecer um diálogo sobre práticas sociais que embora desenvolvidas em contextos históricos, culturais e políticos diversos evidenciam algumas afinidades que têm sido pouco pensadas e problematizadas. A inserção dessas mulheres tanto no mercado de trabalho soteropolitano quanto Luandense contrapõe os papéis tradicionais e culturalmente tidos como parte integrante das competências femininas.



MULHERES EM MOVIMENTO: as rabidantes cabo-verdianas e o comercio informal transatlântico

Tatiana Raquel Reis Silva¹

RESUMO: O comercio informal desenvolvido por mulheres pode ser observado em diversos países africanos. Em Cabo Verde as rabidantes, como são denominadas as pessoas que comercializam produtos em ruas, feiras e mercados, têm constituído um dos principais pilares de sustentação da economia local. Essas mulheres se deslocam para diferentes destinos em busca de roupas, lingerie, calçados, bijuterias e produtos de cabelo. A aquisição destes artigos se dá majoritariamente no Brasil, Portugal, Estados Unidos e Holanda. Nesta apresentação busca-se compreender a movimentação destas mulheres e a circulação de objetos através do atlântico.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Transatlântico. Rabidantes. Cabo Verde

ABSTRACT: The informal commerce developed by women can be observed in several African countries. In Cape Verde the rabidantes, as they are called people who sell products on streets, fairs and markets, have been one of the main pillars of the local economy. These women moving to different destinations in search of clothes, lingerie, shoes, jewelry and hair products. The acquisition of these items occurs mainly in Brazil, Portugal, United States and the Netherlands. This presentation seeks to understand the movement of these women and the movement of objects through the Atlantic.

KEYWORDS: Transatlantic Commerce. Rabidantes. Cape Verde.

¹Doutora. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: tatianaraquel.reis@gmail.com



INTRODUÇÃO

O comércio desenvolvido em ruas, feiras e mercados tem ganhado uma importância crescente nos países africanos. Em Cabo Verde as rabidantes¹ detêm um poder fundamental na economia local, especialmente, pela comercialização de produtos que acabam por sanar grande parte das necessidades da população. Essas mulheres revendem produtos adquiridos em outros países africanos, como Senegal, Gâmbia, Guiné-Conakri e África do Sul; europeus, como Portugal, Holanda e França; e no continente americano, como EUA e Brasil. O comércio com países do exterior é marcado por produtos de cabelo, como é o caso dos EUA; sapatos, que são negociados com a Holanda; e roupas, bijuterias, calçados e lingerie advindos do mercado brasileiro.

Este tipo de atividade desempenhada por mulheres, de acordo com Hopkins (1995), advém desde o período pré-colonial e, em alguns lugares, desapareceu completamente durante a colonização para ressurgir com grande força no pós-independência, sobretudo, nos países que aplicaram modelos de desenvolvimento com medidas de estabilização e ajustamento estrutural. Em Cabo Verde o acelerado processo de concentração urbana tem provocado um aumento considerável da população que vive na cidade e não vem sendo acompanhado pelo ritmo de produção de empregos no setor formal da economia, afetando diretamente a população feminina.

Desde a sua independência, em especial a partir dos anos 1990, o país vem adotando como estratégia de desenvolvimento a inserção de forma dinâmica na economia mundial, com o intuito de solucionar alguns dos seus principais problemas: proporcionar emprego e renda a uma grande parcela da população empobrecida. Na primeira fase de implementação do Plano Nacional de Luta contra a Pobreza de 1999, ficou definido como uma das principais estratégias e medidas políticas a ser seguida, o combate a pobreza no grupo de mulheres, particularmente, entre aquelas chefes de família², através da

¹ Este termo em crioulo cabo-verdiano significa dar a volta, desenroscar-se, e é utilizado para designar alguém que é muito hábil em convencer os outros. A prática de comercialização em feiras e mercados tem se constituído numa atividade de grande importância econômica para o país e é desenvolvida não só por mulheres mas também por homens, embora as primeiras se destaquem por serem maioria

² Aproximadamente 41,7% das famílias cabo-verdianas são chefiadas por mulheres.



integração nos círculos econômicos, da alfabetização e formação profissional, do reforço da educação e da saúde.

As mulheres representam cerca de 64% dos analfabetos no país, possuem as menores taxas de instrução e possibilidade de frequentar escolas, principalmente, aquelas que vivem no meio rural. Isso tem contribuído para a fraca inserção no mercado de trabalho formal. No entanto, desde 1990, com o apoio político internacional, os níveis educacionais alcançaram índices satisfatórios, possibilitando um maior acesso da população a educação. Isso pode ser verificado no aumento das taxas de alfabetização no ensino básico, secundário e superior. Todavia, apesar do crescimento econômico e consequente geração de empregos registrado nos últimos anos, isso não significou a diminuição da pobreza relativa, particularmente, quando analisada segundo critérios de gênero¹.

Esses indicadores têm corroborado para o crescimento do setor informal no país e a consequente feminização. Arelado a estes fenômenos podemos destacar o impacto gerado pela imigração majoritariamente masculina, ocasionando a existência de um número significativo de mães solteiras que sem maiores oportunidades acabam por se inserir na prática de comercialização em ruas, feiras e mercados. As rabidantes chegam a ficar dias viajando por diversos países a procura de produtos baratos para revenderem. Vejamos como se dá esta movimentação.

1. AS RABIDANTES E O COMÉRCIO INFORMAL TRANSATLANTICO

[...] pra uma pessoa como eu, você pode até dizer analfabeta, chegar até aqui é tão difícil! [...] Porque eu ia pro Marrocos sozinha. Eu vou sozinha. Eu preferia viajar sozinha que ir com colega, que não sabia quem era você, você não sabia quem era ele. Vou pra Guiné-Conacry, sozinha. Vou pra Dacar, Gâmbia, sozinha. Vou pra Merca, sozinha. Vou pra New York, sozinha. Faço a minha vida sozinha, sinceramente [...] A vida de... negócio de rabidante ou comerciante é um vida estressada, é cansativo, é arriscado. Porque nós arriscamos assim, com dinheiro no Brasil pra cima e pra baixo. Arriscamos no Marrocos pra cima e pra baixo. Na Merca [América], em New York, pra cima e pra baixo. (Maria, rabidantes, 53 anos)

¹ Para maiores informações ver Furtado (2008).



Essa narrativa retrata a realidade vivida pelas rabidantes que na maioria das vezes viajam sozinhas para países que não conhecem e que pouco falam o idioma local. A necessidade de adquirir produtos impulsiona essas mulheres a se movimentarem através do atlântico transpondo as barreiras geográficas e linguísticas. Além de ser uma atividade extremamente cansativa e perigosa, a rabidancia exige disposição e agilidade para “girar” o mundo, como ressalta muitas delas. Na maioria dos casos, ficam dias ou semanas nos países visitando diversas cidades em busca de artigos baratos.

A proximidade com o Brasil e a facilidade em adquirir o visto tem possibilitado que o nosso país ganhe destaque em meio aos destinos das rabidantes. Os voos operacionalizados semanalmente pela Empresa de Transportes Aéreos Cabo-Verdianos (TACV) ligam Fortaleza a Cidade da Praia e duram três horas e meia. Vale ressaltar que grande parte dessas mulheres mal fala o português, o que dificulta o deslocamento para outros países. Todavia como assinala Isabel, rabidante de 33 anos, no negócio você não precisa falar todas as línguas, o negócio se faz toda maneira. Ela acrescenta que quando viaja para os Estados Unidos, por exemplo, sempre procura saber se nas lojas tem um espanhol ou brasileiro, se não tem gesticula, de forma que seja possível facilitar a comunicação.

Em Cabo Verde o principal local de comercialização deste produtos é o famoso Mercado de Sucupira. Lá é possível encontrar uma infinidade de artigos advindos dos mais variados destinos de compra das rabidantes. É muito comum ouvir dos cabo-verdianos a seguinte expressão: no Sucupira tem de tudo! De fato, existe uma grande diversidade de produtos como: roupas, sapatos, calçados, lingerie, produtos de cabelo, cosméticos, havaianas, comida e cd's. Por se constituir num dos principais centros comerciais do país, o mercado acaba por agregar um número considerável de rabidantes. O funcionamento vai das 9hs da manhã até as 17hs, de segunda a sábado.

O estabelecimento foi inaugurado em maio de 1991 e é composto por 167 módulos, 13 restaurantes, 204 lojas e cerca de 200 pontos de venda de mercadorias no chão¹. O local formou-se quando a Câmara da cidade exigiu que os vendedores do Mercado da Praia, antigo ponto de concentração destes comerciantes, fossem relocados

¹ Utilizamos aqui dados apresentados por Grassi (2003).



para outra área, devido a necessidade de regulamentação do comércio de rua. A partir deste contexto foram construídas as instalações onde atualmente funciona o Sucupira, localizado no bairro da Fazenda. Inicialmente houve certa resistência quanto a mudança de lugar por parte dos comerciantes, devido ao fato dessa área ser pouco frequentada. Todavia, hoje esta constitui uma região de grande concentração comercial e de circulação de pessoas.

É interessante notar como os discursos de regulamentação e enquadramento deste tipo de comércio, desenvolvido em ruas, feiras e mercados marca a vivência das rabidantes em Cabo Verde. Por um lado, isso está diretamente ligado aos discursos higienistas que insistem em ressaltar as precárias condições de higiene, iluminação e salubridade de muitos destes estabelecimentos. Mas, por outro, acaba por se torna uma forma que os governos têm de exercer um maior controle sobre essas práticas comerciais, visando especialmente a cobrança de impostos¹.

Vale destacar, que a composição atual do mercado acaba por incorporar uma multiplicidade de práticas comerciais e de estabelecimentos, que diferem entre si não apenas a nível dos produtos comercializados, mas também no que se refere a estrutura de cada um. Observamos desde lojas com um certo “requinte” assim como pequenos Box, mais simples ou mesmo vendedoras que expõem os seus produtos no chão. Dentro do mercado existe uma grande circulação de comerciantes ambulantes, oferecendo comida, frutas, verduras, peixe, dentre outros produtos. Ao vivenciar o cotidiano dessas pessoas é possível perceber que esses vendedores em geral são os mesmos, mas os produtos vão mudando a depender das circunstâncias e das necessidades momentâneas.

Por exemplo, logo no início da manhã os artigos comercializados podem ser os mais diversos como produtos de higiene, para o cabelo, roupas e bombons. Por volta do meio dia, a venda é marcada por comida, em geral pratos prontos preparados pela

¹ As inúmeras desavenças que marcaram o processo de transferência, inclusive, resultaram no nome do mercado. De acordo com Pina (2007) o período de realocação dos comerciantes coincidiu com a exibição de “O Bem Amado” no país, novela brasileira que narra a história do prefeito da cidade de Sucupira, Odorico Paraguaçu e que ambicionava inaugurar uma das suas principais obras pública: o cemitério. O político tenta de tudo para conseguir que alguém viesse falecer e assim realizar a inauguração. Mas, por ironia do destino é o próprio Odorico que morre. As desventuras vividas pelo prefeito levaram um numero significativos de comerciantes a lotar o mercado para assistir a novela. Este contexto de reviravoltas se aproximava muito daquele vivido por eles ao da mudança de local. A partir daí surgiu o apelido que virou nome.



senegalezas, que lotam uma das áreas externas do mercado, com pequenas barracas de comida. Ao longo da tarde, “suquinho”, sucos que são congelados em pequenas garrafas plásticas de refrigerante. E, no final do dia, frutas, doces, bolos etc. Para além destes vendedores no Sucupira, também, encontramos trançadeiras, manicures e costureiros, que produzem as roupas ali mesmo a depender do gosto do cliente. Estes últimos serviços, em geral, são prestados pelos imigrantes provenientes da costa ocidental africana¹.

No que se refere a este grupo, se faz necessário tecer algumas considerações uma vez que existe uma visão bastante estereotipada na sociedade cabo-verdiana acerca destes. Pejorativamente chamados de mandjakus², na maioria das vezes são eles que desenvolvem as atividades de menos prestígio ou os serviços que a população local “não faria” como, por exemplo, é comum observar no mercado muitos destes imigrantes, em geral homens, no ofício de manicure. São eles, também, os comerciantes que circulam todo o centro da Cidade de Praia vendendo produtos importados, como relógios, celulares, óculos ou aquilo que eles chamam de artigos “africanos”³.

Todavia, este não é o único espaço onde as rabidantes realizam a venda destes produtos, em outros casos elas ocorrem em boutiques localizadas na região do Platô, centro comercial da cidade que possui uma diversidade de lojas, bares, restaurantes, prédios públicos e muitos estabelecimentos chineses⁴. Os artigos comercializados são relativamente caros e possuem uma qualidade superior aqueles encontrados no Sucupira. Ainda no que se refere aos locais de vendas, podemos

¹ Principalmente guineense, senegalezes, angolanos e nigerianos.

² Os Mandjakus constituem um grupo étnico situados na Guiné. Todavia, a utilização deste termo, para se referir de forma genérica a esses imigrantes, está diretamente ligada a cor da pele, uma vez que, aos olhos da população local eles possuem a tez “mais escura” do que os cabo-verdianos, que são marcadamente mestiços. Para uma melhor compreensão acerca do processo de exclusão e racialização destes imigrantes em Cabo Verde, ver o interessante trabalho de Eufémia Vicente Rocha (2009).

³ Estes comerciantes ambulantes, em geral, ficam na parte externa do Sucupira e não apenas vendem estes produtos como também abordam as pessoas interessados em comprar ouro.

⁴ Vale destacar, que nos últimos anos tem ocorrido o espraiamento das atividades comerciais para outras áreas da Cidade de Praia, como Achada Santo Antonio, Palmarejo, Terra Branca, dentre outros.



destacar as lojas improvisadas nas casas dessas comerciantes, principalmente, no caso daqueles que não têm como pagar por um Box¹.

A possibilidade de movimentação e a garantia de uma maior lucratividade na comercialização dos produtos, fez com que Isabel, rabidante de 42 anos, fechasse a sua loja no Sucupira e começasse a vender roupas nas ruas, repartições públicas e nas casas de amigas. Ela comprou um Hiace² onde negocia roupas, bijuterias, cintos, calçados e lingerie. De acordo com essa comerciante as vendas no Sucupira caíram muito, o movimento já não é mais como antes. Este é um posicionamento não apenas dos vendedores, mas também das pessoas que compram produtos no Mercado. Para alguns destes a queda se deve inclusive pelo aumento nos preços dos produtos.

Muitas pessoas têm reclamado que hoje em dia já não é mais possível encontrar produtos acessíveis no Sucupira. Na realidade, isso chamou bastante a nossa atenção, tendo em vista que esses relatos muito serviam para legitimar a existência das lojas chinesas em Cabo Verde. Na visão dessas pessoas, por oferecerem artigos de baixo custo, elas tem possibilitado que a população local tenha acesso a determinados produtos para a família e filhos.

Os comerciantes chineses têm invadido o país e possibilitado uma reestruturação nas lógicas internas de comercialização. Em constantes visitas feitas a esses estabelecimentos foi possível perceber que eles se destacam não apenas pelos preços mais acessíveis como, pela diversidade de produtos, onde é possível encontrar roupas, sapatos, bijuterias, artigos infantis, de beleza e higiene, cosméticos, brinquedos, louças para casa e até objetos de decoração³. Frente a essa facilidade, não apenas de acesso, mas também de preço, muitas rabidantes acabam por comprar produtos nessas lojas e revenderem nas ruas, feiras e mercados.

¹ Nas narrativas de algumas mulheres isso acaba por facilitar a comercialização, pois elas conseguem gerenciar as atividades domésticas e também o trabalho na loja, assim como facilita as vendas, pois é possível receber amigas, vizinhos e familiares para comprarem os produtos.

² Este é o nome que comumente são chamadas as vans.

³ As lojas chinesas não apenas tem se diversificado a nível dos produtos comercializados, como também tem lançando mão de estratégias para se inserirem na realidade da população local, com nomes do tipo "Bodona", termo em crioulo que quer dizer "tudo bem", "fixe". Ou mesmo, com fachadas pintadas com as cores da bandeira do país e imagens que sinalizam uma relação de "parceria" e "amizade". Como uma forma de selar cada vez mais essas relações entre os dois países foi fundada, em Cabo Verde, a AMICACHI – Associação de Amizade entre Cabo Verde e China.



Em outras situações ocorre o inverso, sobretudo, quando se refere a venda de dois artigos em específico: produtos para cabelo e as famosas sandálias havaianas. Estes têm sido os principais itens de uso entre os cabo-verdianos e que, em alguns casos, os chineses adquirem junto a algumas comerciantes do Sucupira. Na visão destas últimas isso ocorre porque as versões falsificadas destes produtos não são comprados pelos cabo-verdianos, tendo em vista que eles gostam de “coisa boa”. Essa foi uma colocação feita por uma de nossas interlocutoras, como uma forma de ressaltar que os produtos chineses não concorrem diretamente com artigos comercializados por ela.

Não obstante, ainda no que se refere aos principais locais de vendas em Cabo Verde, para além do Mercado de Sucupira, das lojas improvisadas nas casas, das vendas em ruas e repartições públicas e, das boutiques do Platô, temos a “Butiki mó na txon”¹. Na realidade, esta é a forma que comumente é chamada uma feira-livre que fica ao lado do Sucupira. O nome vem exatamente do fato das pessoas exporem os seus artigos no chão. Como o mercado não abre aos domingos, neste dia a rua ao lado é fechada e os comerciantes aproveitam para vender os seus produtos por um preço mais barato.

Na “Boutique mão no chão”, encontramos produtos advindos de vários países, mas, sobretudo, o que eles chamam de “ya” (yes), que são roupas usadas vindas dos Estados Unidos. Estas chegam em Cabo Verde nos contentores, nestes casos, ocorre uma espécie de divisão entre as pessoas para a compra dos artigos e pagamento do frete. A grupagem, como elas mencionam, garante uma redução significativa no ato da compra. Aqui, não existem os gastos com o deslocamento para outros países.

CONCLUSÃO

Com este trabalho buscamos analisar algumas das dinâmicas de comercialização desenvolvida pelas rabidantes através do Atlântico. A realidade econômica e social do país tem possibilitado que essa prática detenha um poder significativo. Cabo Verde que importa cerca de 80% de tudo que é consumido. As rabidantes viajam para vários países em busca de uma infinidade de produtos que

¹ Boutique mão no chão.



possam sanar grande parte das necessidades da população local. Em meio a essas trocas comerciais o Brasil tem se configurado como um dos principais destinos dessas mulheres e os artigos nacionais acabam por obter uma grande aceitação entre os cabo-verdianos.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Cláudio. **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade da pobreza em Cabo Verde: uma abordagem sistemática e interdisciplinar.** Dakar: Codesria, 2008.

GRASSI, Marzia. **Rabidantes; comercio espontâneo transatlântico em Cabo Verde.** Portugal: Instituto de Ciências Sociais e Spleen Edições. 2003.

HOPKINS, A. G. Les entrepreneurs africains et le développement de l'Afrique: une perspective historique. In: **Entreprises et entrepreneurs africains.** Ed. Ellis-Fauré 1995.

PINA, Jaqueline. **As influências da Telenovela brasileira no cotidiano de Cabo Verde.** Monografia de Graduação. Comunicação Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

ROCHA, Eufémia. Mandjakus em Praia: etnografando trajetórias de imigrantes a costa ocidental de África. In: **Ensaio Etnográfico na Ilha de Santiago de Cabo Verde: processos de identidades na contemporaneidade.** Praia: Edições Uni-CV, 2009.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **A arte de comerciar: gênero, identidades e empoderamento feminino no comércio informal transatlântico das rabidantes cabo-verdianas.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia, 2012.



_____. Comércio (trans)atlântico: as rabidantes cabo-verdianas e o mercado informal brasileiro. In: **Revista Outros Tempos**, vol.8, nº 12, dez. 2011. Disponível em http://www.outrostempos.uema.br/site/images/vol_8_num_12_2011/dossie_03.pdf 2011, p. 128-145.



MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL: uma comparação no eixo sul-sul¹

Viviane de Oliveira Barbosa²

RESUMO: Discriminadas e excluídas por suas condições de gênero, étnico-raciais e seus múltiplos pertencimentos, mulheres rurais em diversos lugares do mundo têm se organizado em movimentos sociais. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), no Brasil, e o Rural Women's Movement (RWM), na África do Sul, constituem duas dessas organizações. Pretende-se abordar as principais agendas e demandas desses dois movimentos, buscando uma análise comparativa no eixo Sul-Sul que considera semelhanças e particularidades nas experiências de mulheres rurais brasileiras e sul-africanas na luta por direitos e políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Eixo sul-sul. Brasil-África do Sul

ABSTRACT: Discriminated against and marginalized due to their gender, ethnicity/race, and diverse commitments, rural women around the world have organized into social movements. The Interstate Movement of Babaçu Coconut Breakers (MIQCB) in Brazil, and the Rural Women's Movement (RWM) in South Africa, are two such organizations. This article discuss the main agendas and demands of these two movements, seeking a comparative analysis on the South-South axis that considers similarities and particularities of the rural women experiences in Brazil and South Africa in the struggle for rights and public policies.

KEYWORDS: Social Movements. South-South axis. Brazil-South Africa

¹Pesquisa desenvolvida com o financiamento do SEPHIS através do projeto *Stories of Women in the MIQCB and the RWM: gender, identities, and agrarian issues in Brazil and South Africa (1970-2003)*.

² Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de História do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: viviolibra@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

“I am rural, I am poor, I am black, and, of course, I am a woman”, afirmou Sizani Ngubane, atual diretora do *Rural Women’s Movement* (RWM), movimento formado na África do Sul a partir de mais de 500 organizações comunitárias de mulheres e em parceria com outras instituições, sendo reconhecido oficialmente nos anos 1990¹. Ao mesmo tempo, há milhares de quilômetros da terra de Sizani, ecos similares aos seus poderiam ser ouvidos: “O nosso desafio é imenso. Primeiramente porque a gente é pobre; segundo, a gente é mulher; terceiro, a gente é negra. Ainda existe um portão que impede que gente como nós chegue a um lugar melhor”, afirma dona Maria de Jesus Bringelo, atual coordenadora geral e uma das fundadoras do *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB), organização de mulheres brasileiras também oficializada na década de 1990 e formada a partir de associações de mulheres e cooperativas de produção².

O RWM e o MIQCB demonstram que mulheres rurais em movimentos organizados constituem uma realidade em diversos países, particularmente daqueles que vivenciaram experiências coloniais. De lugares marcados por histórias diferentes – a exemplo do Brasil e da África do Sul – nasceram organizações similares. Mulheres rurais brasileiras e sul-africanas têm enfrentado obstáculos semelhantes e dado respostas diferentes ou similares a eles. Seus respectivos países, especialmente as regiões onde seus movimentos atuam (Maranhão e KwaZulu-Natal), costumam a apresentar os piores índices de desenvolvimento humano e os maiores indicadores de pobreza e desigualdade.

A configuração histórica dos dois países possibilita a comparação de experiências de mulheres que vivem nesses dois contextos a partir de suas possíveis semelhanças, mas também de suas abissais diferenças. Afinal, existem duas condições para se estabelecer comparações: uma certa semelhança entre os fatos observados e uma certa dessemelhança entre os meios onde eles são produzidos³. Nesse sentido, a

¹ Para uma visão panorâmica do RWM, ver o site da própria organização: <http://www.rwmsa.org/>

² Para uma visão das agendas fundamentais do MIQCB, ver <http://www.miqcb.org.br/>

³ Ver a perspectiva de BLOCH (1963) para uma história comparada.



proposta é adentrar no universo vivencial de mulheres rurais brasileiras e sul-africanas e, na comparação entre o Maranhão e KwaZulu-Natal, abordar as especificidades nas experiências dos dois lados do Atlântico, demonstrando que as formas de atuação daquelas mulheres e os enfrentamentos dos quais foram agentes levaram à constituição de movimentos com bandeiras de luta que se comunicam nas agendas contemporâneas.

VIVÊNCIAS DE MULHERES RURAIS NO MARANHÃO E EM KWAZULU-NATAL

No Maranhão há uma economia do babaçu¹, na qual os principais sujeitos envolvidos são mulheres rurais. Atualmente há cerca de 400 mil famílias vivendo da economia extrativista. O extrativismo do babaçu, juntamente com a agricultura (principalmente a produção de arroz, mandioca e milho) é uma prática que caracteriza o meio rural maranhense há pelo menos desde o final do século XIX, sendo realizada por homens e mulheres, de acordo com a época e com as circunstâncias. Historicamente, a quebra do coco babaçu é realizada principalmente por mulheres, mas dependendo do período e da região homens também quebram e comercializam o produto. Alguns registros apontam que a quebra do coco por homens já foi mais frequente². Atualmente, o trabalho agrícola é atribuído aos homens, entretanto, as mulheres também praticam essa atividade.

Na década de 1960, o babaçu era considerado o “ouro pardo”, o “Eldorado do Maranhão”. Nesse mesmo período intensificaram-se os problemas de acesso a terra no estado, resultantes de diversos fatores, inclusive do processo de migração para o Maranhão que alcançou seu apogeu nos anos 1950-1960. Mas os conflitos de terra se aprofundaram com a implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969), que respaldava a privatização das terras públicas do estado e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais, excluindo famílias rurais do acesso a terra e ao recurso palmeira de babaçu. A partir dessa lei, projetos de implantação de monoculturas foram intensamente desenvolvidos no Maranhão, seguindo-se um forte processo de

¹ O babaçu é uma das mais representativas palmeiras brasileiras. Dela podem ser extraídos cerca de 68 subprodutos. A quebra do babaçu é destinada sobretudo para a comercialização da amêndoa.

² Ver, por exemplo, ABREU (1929).



concentração fundiária, que originou conflitos pela posse de terras entre os “antigos ocupantes”, majoritariamente afrodescendentes e indígenas, e os ditos proprietários.

Na província sul-africana de KwaZulu-Natal a questão da terra tem sido historicamente uma problemática que afeta a vida dos zulus. De fato, “a perda da posse da terra” foi “a base fundamental do regime colonial e do apartheid na África do Sul” (MNGXITAMA, 2002, p. 96). A separação e a desigualdade na experiência sul-africana predominaram desde que os colonos brancos, ao assumirem o poder do país em meados do século XVII, buscaram subjugar os habitantes originais (STONE, 2007, p. 17). Assim, a colonização europeia na África do Sul, iniciada no século XVII pelos holandeses e aprofundada no século XVIII pelos britânicos, logo se consolidaria no início do século XIX provocando conflitos por terra e por recursos naturais (LE ROUX, 2005, P. 236).

O aprofundamento de bases racistas e excludentes anteriores viriam com o regime de *apartheid* (1948-1994)¹, das leis que regulavam e legislavam um dos sistemas mais violentos e repressores da história mundial contemporânea². Sob o signo do Apartheid, os planos de reforma agrária na África do Sul relegaram um lugar desigual e excludente às diferentes comunidades não-brancas sul-africanas. Entre os zulus, os impactos foram a perda da posse da terra de origem e a violência cotidiana advinda dessa exclusão. Além da herança trazida com a Lei de Terras dos Nativos (1913) e outros códigos legislativos, a Lei das Áreas de Grupo (1950), estabeleceu a separação espacial das categorias raciais no que concerne às áreas residenciais. Foram construídos os “bairros étnicos” ou “bantustões” (JONGE, 1991, p. 12).

A documentação oficial demonstra que as remoções de comunidades negras de suas terras ancestrais³ foram comuns durante o período. Os termos utilizados pelos

¹ Embora o Apartheid, enquanto instituição oficial, só se estruture nos anos 1940, suas principais leis e códigos já se faziam presentes pelo menos desde os anos 1910-20. (CELL, 1982)

² Eram diversas as leis. A Lei de Registro da População (1950), por exemplo, classificava a população em grupos raciais. Em 1960, a população passou a ser classificada entre brancos, *coloureds*, asiáticos (principalmente indianos) e negros.

³ Elas simbolizam a relação com os seus antepassados, o contato sagrado entre os habitantes e seus ancestrais. As demandas por terras no país foram também embasadas pela necessidade que os grupos tinham de garantir o enterro de seus parentes e as visitas ao túmulo dos já falecidos.



governantes variavam entre “remover”, “eliminar” ou “renovar” “manchas negras de áreas agricultáveis do país”, como apontam alguns documentos.¹

Portanto, historicamente as políticas econômicas estatais dirigidas ao campo brasileiro e sul-africano, guiadas por governantes, foram acompanhadas pela obliteração simbólica ou pela tentativa de exclusão efetiva dos sujeitos sociais do campo.

O Brasil vivia uma repressão militar instaurada em 1964 através de um golpe e que só chegou ao fim em 1985, momento de abertura política ou da chamada redemocratização do país. O regime militar foi caracterizado pela ausência de voto direto e secreto para eleger os representantes, pela hegemonia de generais do exército na presidência, pela perseguição e repressão política aos opositores do regime (ROLLEMBERG, 2003). Nas áreas rurais, a revolta popular se espalhava pela violência crescente e a falta de cidadania. O descaso do governo não foi menor com a população do campo, especialmente quando se considera as políticas de desenvolvimento que tomavam o rural, recorrentemente visto como lugar de atraso, incompetência e inferioridade.

Diante desse quadro é que, na segunda metade do século XX, mulheres que praticavam o extrativismo do babaçu e a agricultura no Maranhão estiveram diretamente envolvidas em conflitos pela posse das terras e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu. Em algumas localidades, a reivindicação do trabalho extrativista motivou a luta pela terra (ANDRADE, 2005).

O processo histórico de luta pelo acesso e direito a terra e aos recursos naturais no Maranhão foi interpretado pelos sujeitos que viviam no campo a partir de suas próprias perspectivas, criando categorias próprias para rememorar suas experiências. As memórias das *quebradeiras de coco* sobre os conflitos com fazendeiros e seus empregados se reportam à oposição entre as noções de “tempo do coco preso” e “tempo do coco liberto”. O tempo do coco preso se remete ao período em que as famílias viram cercadas as terras em que habitavam e sofreram uma série de restrições para a coleta do babaçu. A noção de “tempo do coco liberto” se remete ao tempo anterior aos conflitos

¹ Ver, por exemplo, THE CHIEF BANTU (15/02/1972); THE CHIEF BANTU (01/07/1959).



quando o coco ainda era acessado pelos trabalhadores agroextrativistas e havia terras para o cultivo agrícola.

Os conflitos narrados por quebradeiras de coco são também marcadamente atravessados por relações de gênero. As mulheres são protagonistas de lutas contra homens, a ameaça ao babaçual e à sobrevivência dos trabalhadores rurais é quase sempre atribuída a uma figura masculina – o fazendeiro/grileiro, o jagunço/capataz. A participação de *quebradeiras de coco* contra investidas de fazendeiros e/ou grileiros contribuiu para que obtivessem maior atuação político-organizativa em seus povoados e para que algumas delas se organizassem extralocalmente (ALMEIDA, 1995, p. 19). A organização se deu em fins da década de 1980 e início dos anos 90, período de intensos conflitos rurais no estado.

O MIQCB foi composto a partir de articulações entre associações, clubes de mães da Igreja Católica, grupos de mulheres e cooperativas na luta pelo livre acesso e preservação de babaçuais, pela garantia de terras, por políticas públicas voltadas para o extrativismo e a agricultura familiar, e pela equidade de gênero e étnico-racial. Os atuais projetos das quebradeiras de coco envolvem o beneficiamento integral do babaçu. Sob a bandeira *Babaçu Livre* e através do uso sustentável da palmeira de babaçu, elas produzem sabonete, óleo e azeite, carvão, farinha para bolos e mingaus, embalagens recicláveis, e artesanatos e bijuterias diversos.

Foi também no início dos anos 1980, através da mobilização de mulheres que perderam suas terras “ancestrais” por ocasião do apartheid que se organizou o RWM. Na província de KwaZulu-Natal, o processo de exclusão da terra se deu de modo particular. Reivindicações pelo acesso a terra e por políticas voltadas para o uso sustentável de recursos naturais constituíram as principais características das mobilizações. Nas décadas de 1970 e 1980, houve levantes generalizados contra o sistema por toda a África do Sul.

Tanto no Maranhão como em KwaZulu-Natal, os conflitos rurais se aprofundariam nos anos 1970-80, sendo marcados por violências similares dos dois lados do Atlântico. Nesses conflitos, quando mortes, espancamentos e estupros eram comuns, a dimensão do gênero das relações sociais parece ter tido significados profundos.



A exclusão das mulheres de planos estatais de reforma agrária e as interfaces destes planos com práticas locais produziram, na África do Sul e no Brasil, uma situação na qual às mulheres era negado o direito à terra. No Maranhão, esta situação era comum até os anos 1990, quando, em sua maioria, os títulos de terras eram dados somente aos homens. Na África do Sul, mesmo pós-apartheid, esses problemas ainda persistem. Em alguns relatórios, produzidos pelo RWM, observa-se a tentativa de exclusão de mulheres rurais da participação de conselhos sul-africanos, instituições estas majoritariamente masculinas; textos enfocando casos de expulsão de mulheres das suas terras por parentes de seus maridos/companheiros, e a violência doméstica sofrida por algumas delas antes e mesmo depois da implantação da Constituição Sul-Africana de 1996¹.

Algumas questões similares são fundamentais nas pautas do MIQCB e do RWM, como o empoderamento das mulheres e sua independência econômica e política face aos parentes e maridos/companheiros, sobre a preocupação com a saúde, e o combate à violência doméstica. Atos de violência foram comuns entre mulheres do MIQCB e do RWM, especialmente quando elas passaram a fazer uso do espaço público e neste espaço reivindicarem direitos. Através da realização de entrevistas foi possível constatar que quebradeiras de coco sofreram violências diversas por parte de seus cônjuges quando começaram a participar de encontros/grupo de mulheres no Maranhão. Mulheres sul-africanas também foram violentadas por seus maridos ou deslegitimadas em suas comunidades quando passaram a discutir a importância de opinarem publicamente. Ainda hoje, mulheres maranhenses e zulus sofrem violência doméstica em diversos níveis.

Na África do Sul, a feminização do vírus da AIDS tem sido discutida devido ao aumento massivo de pessoas infectadas pelo HIV². Nesta vasta lista, as mulheres figuram em grande número. Outro grande problema tem sido a expulsão de mulheres rurais de suas casas, especialmente quando da morte de seus maridos. Em alguns casos, elas são obrigadas a casarem-se pela segunda vez (com o cunhado) e essa obrigação muitas vezes inclui o estupro forçado como elemento de consumação do segundo casamento.

¹ Ver, dentre outros trabalhos, MEINTJES (1996) e WAYLEN (2004).

² De fato, no pós-apartheid, a AIDS se impôs como um grande problema na África do Sul, e KwaZulu-Natal apresenta um dos maiores índices de contaminação pelo vírus (POSEL, 2006).



MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS NO BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL

Em processos de disputas políticas e socioculturais, que envolvem afirmação de identidades, lutas por direitos e confrontos sociais podem emergir insurreições, mobilizações localizadas, ou mesmo movimentos sociais capazes de aprofundarem suas demandas e se consolidarem como organizações expressivas local e nacionalmente. Este é o caso do *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB) e do *Rural Women's Movement* (RWM), que, na década de 1990, se consolidariam e seriam reconhecidos, respectivamente, como organizações de mulheres rurais brasileiras e sul-africanas.

Relacionados a conjunturas políticas e econômicas, sociais e culturais do último quartel do século XX, o MIQCB e o RWM emergiram num momento em que os setores mais rurais do Brasil e da África do Sul caminhavam para novas alternativas de sobrevivência. Neste processo, questões sociais, raciais e de gênero, além dos desafios ambientais, foram articulados local, nacional e globalmente. Desse modo, pode-se dizer que o MIQCB constitui um “novo movimento social” (HOBSEBAWM, 1995, p. 46), cujas características seriam a defesa ambiental e ecológica, afirmação de identidade étnica e demandas de gênero. Em consonância, o RWM tem desde o início se afirmado como uma instituição sem fins lucrativos que atua nos nove distritos da província de KwaZulu-Natal, incorporando as experiências de mulheres rurais que lutam pelo acesso a terra e por políticas voltadas para o uso sustentável de recursos naturais e outros benefícios sociais.

Nessa perspectiva, as dinâmicas de organizações como o MIQCB e o RWM se relacionam às redes sociais que envolvem seus membros. Assim, as identidades de suas participantes são acionadas durante conflitos coletivos num campo de compreensões partilhadas. Mas a existência de situações compartilhadas não implica a ausência de conflitos ou desacordos no interior dessas organizações. Desse modo, o MIQCB e o RWM devem ser vistos como espaços heterogêneos, já que, por exemplo, as mulheres estão posicionadas desigualmente dentro de suas organizações. Algumas delas, as lideranças, estão mais próximas das redes políticas nacionais e internacionais,



ao passo que outras continuam mais ligadas às suas comunidades rurais locais, com pouca oportunidade de atuação fora destes espaços, e no contexto da organização institucional dos movimentos, significativamente dependentes de suas líderes.

As lideranças do MIQCB e do RWM, principalmente as coordenadoras gerais, estão, de algum modo, mais relacionadas às questões políticas que envolvem suas organizações. No MIQCB a ideia de liderança está muito mais difusa em uma coletividade do que no RWM. Entre mulheres deste movimento a preeminência de uma liderança é evidente. A liderança centrada na figura da coordenadora geral do RWM é indispensável na articulação e sobrevivência da organização.

Desse modo, a diferença entre a experiência sul-africana e a brasileira parece estar principalmente em um fator cultural e político. Historicamente, é comum entre as comunidades rurais sul-africanas a existência de uma liderança tradicional geralmente representada por uma figura masculina como um rei ou um chefe local. Quando as mulheres vinculadas ao RWM começaram a reivindicar um lugar na política, as referências que elas tinham partiam dessa experiência concreta de unidade. Embora mulheres rurais sul-africanas passassem a demandar lugares de atuação nos conselhos locais, onde elas nem tinham poder de participação quanto menos de decisão, sua representação continuou focada em um protagonismo individual nas comissões, conselhos e órgãos do governo.

Outra possível explicação para essa diferença, na qual o RWM assume uma lógica de funcionamento em torno de um membro específico, parece estar relacionada à própria constituição desse movimento. Ao contrário do MIQCB, que teve sua base de formação no cotidiano das próprias trabalhadoras rurais, nas experiências de quebra do babaçu e durante os conflitos, o RWM foi solidificado no plano organizacional/oficial. Isto não implica dizer que o RWM não seja fruto de experiências concretas de lutas, mobilizações e resistências, mas apenas reconhecer que a fundação desse movimento esteve muito mais próxima às interferências externas e a um caráter institucionalizador¹.

¹ O RWM foi fundado como uma ONG, influenciada por organismos internacionais, promotores de projetos sob o lema da igualdade social, étnica e de gênero, da sustentabilidade e da cidadania. Ele tem realizado projetos diretamente apoiados por instituições estadunidenses e europeias.



O MIQCB é constituído por seis regionais localizadas em diferentes estados brasileiros. No estado do Maranhão estão localizadas três dessas regionais, das quais aproximadamente 500 mulheres rurais são sócias. O RWM é composto por cerca de 2 mil mulheres no total, das quais somente 500 participam mais ativamente. Ambos os movimentos se projetaram para além das fronteiras geográficas oficiais, rompendo com fronteiras regionais e étnicas, pensaram-se a partir do espaço rural e se fundamentaram em critérios de gênero, étnico-raciais e de classe.

A consolidação do MIQCB consiste numa ação política e numa crítica aberta ao caráter predominantemente masculino dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nos quais as mulheres eram subrepresentadas. No início do século XXI, os sindicatos tiveram uma maior abertura à participação de mulheres, entretanto, as conquistas públicas das quebradeiras de coco não necessariamente acompanham transformações nas relações familiares, na esfera do privado ou do doméstico.

As dinâmicas de atuação do MIQCB e do RWM se aproximam. Dificilmente os movimentos sociais se encontram isolados, sem nenhum contato com outras organizações. Percebem-se claramente as relações de outras organizações com o MIQCB, como a Associação do Movimento de Trabalhadoras Rurais (AMTR) e a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA). O RWM se conecta ao National Movement of Rural Women (NMRW) e à Association For Rural Advancement (AFRA). Interessante notar que a AMTR (no Brasil) e o NMRW e a AFRA (na África do Sul) são organizações que se constituíram antes das fundações do MIQCB e do RWM e que, de algum modo, impulsionaram o surgimento destes dois movimentos sociais.

A relação de quebradeiras de coco com cargos político-institucionais, como o de vereadoras e o desenvolvimento de projetos como o Grupo de Trabalho do Babaçu (fomentado pelo Governo Federal desde 2002) mostram que *quebradeiras de coco* estão num campo de constante negociação com as estruturas de poder, construindo oportunidades e beneficiando-se das situações de acesso que lhes são dadas.

Também mulheres rurais sul-africanas estabelecem relações com o Governo de seu país, atuando nos conselhos locais, em comitês e departamentos importantes na



África do Sul, como o Department of Land Affairs (DLA). Na documentação escrita sobre o RWM, é possível identificar a forte relação entre o movimento e o African National Congress (ANC), partido político sul-africano ao qual pertencia o primeiro presidente da África do Sul (Nelson Mandela) e está vinculado o atual presidente sul-africano (Jacob Zuma). Essa relação com o ANC é geralmente negada ou obliterada pelas lideranças do movimento. Então, se por um lado, quebradeiras de coco ressaltam a importância do apoio dado por membros do Partido dos Trabalhadores (PT) durante os conflitos rurais no Brasil, as lideranças do RWM tendem a negar possíveis relações com políticas partidárias, relações que parecem se configurar desde a gestação do movimento. De qualquer modo, a ANC Women's League (ANCWL) jogou um papel central no processo de abertura política do país no que tange aos direitos das mulheres e tem tido atuação importante junto a mulheres nas áreas rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se durante a ditadura militar os projetos para o setor agrário brasileiro beneficiavam os grandes latifundiários e excluía os trabalhadores do campo, nos anos 1980 e 1990, durante a reabertura política, o Estado negava às mulheres o direito à certidão da terra. Muitas mulheres organizadas em movimento hoje afirmam terem em seu nome o título da terra por muito tempo destinado apenas aos homens rurais. Embates desse tipo já se davam em fins da década de 1980 quando um número pouco significativo delas participava dos Sindicatos ainda como dependente de seus maridos, não podendo ter sua carteira oficial de associada.

No caso de trabalhadoras rurais sul-africanas, inclusive de muitas daquelas que atuam no RWM, o acesso a terra também foi historicamente dificultado pelas práticas costumeiras, que reforçam a patrilinearidade na herança. Assim, o processo de exclusão agrária dessas mulheres é duplo. A questão da herança (direito a bens e propriedade) ainda constitui uma problemática muito discutida durante reuniões entre diversas organizações africanas de diferentes países (COHRE, 2005).



Certo é que tensões e negociações tecidas em torno das relações de gênero são elementos estruturantes da constituição do MIQCB e do RWM. As identidades de quebradeiras de coco e de mulheres rurais sul-africanas se relacionam diretamente com os múltiplos usos e enfrentamentos do gênero, especialmente nas suas relações com seus maridos e companheiros. Há certamente outras dificuldades enfrentadas por essas mulheres que se relacionam à pobreza, às necessidades básicas de sobrevivência. Contudo, não obstante as dificuldades, elas têm demonstrado sua capacidade em elaborar estratégias e organizar-se de maneira ousada, inteligente e criativa.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. F. **O côco babassú e o problema do combustível**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Estação Experimental de Combustíveis e Minerios, 1929.

ALMEIDA, Alfredo. **Quebradeiras de côco babaçu – identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)**. São Luís: MIQCB, 1995.

ANDRADE, Maristela. Mutirões, empates e greves – Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Revue Lusotopie**, XII (1-2), p. 175-189, 2005.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée de sociétés européennes. **Mélanges Historiques**, Paris, EHESS, t. 1, p. 16-40, 1963.

CELL, John. **The Origins of Segregation in South Africa and the American South**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.



CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS. **A place to live.** Women's Inheritance Rights in Africa. 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JONGE, Klass de. **África do Sul: apartheid e resistência.** São Paulo: Cortez/EBOH, 1991.

LE ROUX, Len. The Post-apartheid South African military: Transforming with the nation". In.: RUIPIYA, Martin (Ed.). **Evolutions & Revolutions.** A Contemporary History of Militaries in Southern Africa. Pretoria: Institute for Security Studies, 2005, p. 235-268.

MEINTJES, Sheila. The Women's Struggle for Equality During South Africa's Transition to Democracy. **Transformation**, 30, 1996, p. 54.

MNGXITAMA, Andile. Fim do apartheid, mas não da pobreza. **Observ. da Cidadania**, 2002.

POSEL, Deborah. A controvérsia sobre a AIDS na África do Sul: marcas da política de vida e morte no pós-apartheid. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 34, p. 39-66, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

STONE, Judith. **Retrato em preto e branco: a história verídica de uma família dividida por problemas raciais.** São Paulo: Landscape, 2008.



THE CHIEF BANTU AFFAIRS COMMISSIONER. **Removal of black spots: remainder of “the swamp” no. 5741 and remainder of larence.** PRIVATE BAG X4302, 15/02/1972.

_____. **Elimination of Black Spots.** OFFICE, P.O GLENSIDE, 01/07/1959.

WAYLEN, Georgina. **What can the South African transition tell us about gender and democratization?** Centre for Advancement of Women in Politics/School of Politics, Queens University Belfast. Occasional paper 9, september, 2004.



“A GENTE DA NOSSA COR (...) NADA NOS É DADO DE BANDEJA”: trajetórias femininas nos comércios de rua de Luanda e Salvador

Orlando Santos¹

RESUMO: O presente texto faz uma reflexão em torno da presença e participação de mulheres de Luanda e Salvador em atividades comerciais e ocupações de rua das suas respectivas cidades. A existência de similitudes culturais e histórias compartilhadas entre as duas cidades, colocam Salvador como lugar privilegiado para se estabelecer um diálogo sobre práticas sociais que embora desenvolvidas em contextos históricos, culturais e políticos diversos evidenciam algumas afinidades que têm sido pouco pensadas e problematizadas. Ressalta-se o fato da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho soteropolitano e Luandense, ter vindo a se realizar a revelia dos papéis tradicionais e culturalmente tidos como parte integrante das competências femininas.

PALAVRAS-CHAVE: comércio de rua, baianas de acarajé, zungueiras, Luanda, Salvador

¹ Estudante de Pós-Graduação: Doutorando. Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jindungo633@gmail.com



1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar, de modo comparativo, o comércio de rua em Luanda e Salvador, particularmente aquele desenvolvido por mulheres. O termo comércio de rua é utilizado ao longo do texto, de forma genérica, para fazer menção ao comércio realizado nos arredores de armazéns e mercados municipais, vias públicas, praças, ladeiras e largos, ou seja, todos os espaços públicos pelos quais comerciantes transitam e trabalham. O trabalho busca apreender as práticas comerciais de rua enquanto construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos. Deste modo, o contexto do comércio de rua é aqui apreendido como uma realidade social construída e, não como “natural” ou “dada” de uma vez por todas. Tendo em consideração tal pressuposto, entendo que, no estudo do comércio de rua, além de refletir acerca do seu cotidiano, torna-se fundamental tentar entender sua historicidade e dinâmicas sócio-antropológicas.

Deste modo, procuro examinar a participação das mulheres no comércio de rua da cidade e, a partir daí apresento e discuto dados referentes aos percursos de vida, histórias profissionais bem elementos do cotidiano do grupo de mulheres comerciantes de rua pesquisadas.

1. 1. Luanda e Salvador: histórias conectadas

No atual contexto de Luanda, capital da república de Angola, a amplitude e as dimensões tomadas pelas atividades comerciais de rua, têm sido são apresentadas como consequências dos efeitos e fatores provocados pela situação de conflito armado, a crise social e econômica e, urbanização acelerada que o país atravessou e as suas repercussões e, a um nível mais global as transformações do papel assistencialista do Estado e das reconfigurações verificadas no mercado de trabalho.



Em Luanda, as áreas de grande concentração de comércio de rua, ficaram conhecidas popularmente por “arreiô”,¹ o termo é usado comumente pelas mulheres comerciantes ambulantes para anunciar a baixa de preços. Esta prática constitui também uma forma de concorrência entre as vendedoras ambulantes. Os arreiôs agregam práticas de venda bastante diversificadas que vão desde produtos globais como a venda de roupas, utensílios de casa, bolsas, calçados, eletrodomésticos, material escolar, acessórios de beleza para senhoras, artigos de perfumaria, cosméticos, Cd e DVD pirateados – citando apenas algumas. De outro, verifica-se um comércio de comida de rua, de cambio de divisas, serviços de carregamento de mercadorias, o comércio de raízes afrodisíacas, fardo de roupa usada, serviços das trançadeiras de rua e acessórios de viaturas, também fazem parte da lista a venda de água, refrigerantes, cervejas, whisky, bem como uma forte comercialização de alimentos dentre os quais coxas de frango, peixe, carne. A predominância das mulheres é uma das principais características do comércio de rua desses espaços.²

Por seu lado, Salvador capital do estado da Bahia, localizada no nordeste do Brasil, tem sido uma cidade celebrada por sua cultura negra³, mas, ao mesmo tempo, reconhecida como espaço de mistura cultural e racial; centro de produção cultural e investida de importância simbólica dentro do contexto brasileiro (DUNN, 2008). Como espelha Patrícia Pinho (2004),

Dentre os muitos lugares da diáspora negra marcados por forte presença cultural africana, a Bahia tem se destacado por possuir um imenso legado de africanismos (...). O candomblé, os ritmos musicais, a capoeira e a culinária do dendê são os principais exemplos de expressões culturais de origem africana

¹ No contexto luandense, os “arreiôs” constituem verdadeiros shoppings populares. Uma das principais características desses espaços é a falta de saneamento básico, a acumulação de lixo provocada pela intensa movimentação comercial, a insegurança dos seus operados, fruto das ações de meliantes e todo tipo de excessos cometidos por agentes de fiscalização do Governo da Província de Luanda.

²Na perspectiva de Sansone (2002), cultura negra pode ser definida como a específica subcultura de pessoas de origem africana dentro de um sistema social que enfatiza a cor, ou a descendência a partir da cor, como um importante critério de diferenciação ou de segregação das pessoas (SANSONE, 2002, p.250-251).

³Na prática, os vendedores ambulantes tornam-se os principais redistribuidores de mercadorias e, conseqüentemente, nos principais formadores de hábitos de consumos entre os luandenses. Uma vez que, são eles que se encarregam em distribuir essas mercadorias para os consumidores, influenciando as suas práticas de consumo. São elas que se encarregam de proliferar aquilo que está na moda, o está em alta, ou seja, que “*está a bater*”, usando a gíria luandense.



reelaborados em solo baiano e que têm servido para caracterizar a Bahia como “negra” e “africana” (PINHO, 2004, p.33).

“Só na Bahia”, expressão popular que amiúde escutamos pelas ruas de Salvador, espelha e reforça bem esse argumento da singularidade paradigmática da “cidade da Bahia” em relação ao resto do Brasil e do mundo. Entretanto, estudos têm demonstrado que apesar dessa elevada e expressiva presença demográfica, a população negra, historicamente está entre os grupos sociais que enfrentam as maiores desvantagens sociais: exclusão socioeconômica e discriminação étnico-racial.¹ De acordo com esses estudos, ao longo da história, essa parcela da população também tem tido os piores índices de saúde, educação e emprego, não obstante as recentes transformações ocorridas em direção a uma maior democratização social da sociedade brasileira (INSPIR, 1999; GOMES, 2003; PNUD, 2005).

A literatura que versa sobre a história social da cidade, tem apontado que foi na região do centro antigo onde as atividades comerciais de rua inicialmente se estabeleceram. A pertinência dessa literatura consiste, não somente em apontar as articulações entre cidade, comércio e história, mas, também, a de revelar que o comércio de rua habita e determina o aspecto urbano de Salvador desde longa data (cf. SOARES, 1993; FILHO, 1999; REIS, 2000; PAIM, 2005; MARTINI, 2007; MATTOSO, 1976). Ao mesmo tempo, esses estudos acentuam que o comércio e as ocupações de rua nas suas configurações iniciais se caracterizaram pela presença de mulheres e homens negros africanos e seus descendentes que se reuniam em espaços movimentados do centro da cidade em busca de trabalho.

Minha chegada a Salvador permitiu confrontar minha percepção saída das leituras efetuadas com o contexto empírico, despertando ainda mais curiosidade pelo contexto do cotidiano do comércio de rua da cidade e, passou a representar uma possibilidade para

¹ De referir que a temática do lugar do negro na sociedade brasileira tem sido alvo de uma multiplicidade de abordagens, desde um foco na inserção no mercado de trabalho, processos de ascensão social, a organização política dos movimentos de afirmação negra. Dentre a vasta literatura sobre a temática se destacam as obras de: Florestan Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Editora Ática, 1978. Mario Filho. O negro no Futebol brasileiro. Rio de Janeiro, Mauad, 2003. L. A. Costa Maio. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJM 1998. Thales de Azevedo. As elites de cor numa cidade brasileira. Um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: EDUFBA- EGBA, 1996.



um diálogo com o contexto luandense quer a nível das similitudes quer a nível dos contrastes.

Residir no centro antigo da cidade tem possibilitado um contato direto com as feiras e o comércio de rua presentes nessa região. De um lado, observo um comércio de rua de produtos globais caracterizado pela venda de celulares sofisticados, roupas, artigos de perfumaria, cosméticos, Cd e DVD pirateados – citando apenas algumas. De outro, um comércio mais tradicional, como o praticado no Dois de Julho, por toda Avenida Sete de Setembro ou na Feira de São Joaquim, exercido por peixeiros, pela baiana de acarajé, vendedores de frutas e hortaliças, de mingau, de beiju, de produtos mágico-religiosos ligados as crenças das populações afro-brasileiras. Deste modo, minha inserção nesse campo se dá também muito em função da minha condição de freqüentador/expectador/consumidor do comércio de rua do centro antigo.

2 Trajetórias de vida e histórias ocupacionais

A análise a seguir desenvolvida busca proporcionar subsídios de reflexão alusivos as histórias de vida dessas mulheres, prestando particular atenção nas trajetórias ocupacionais dentro do mercado de trabalho Luandense e soteropolitano, ou seja, almeja-se entender os nexos entre as diferentes histórias pessoais e o contexto-macro-histórico e social em questão. Entretanto, para além de dar conta do contexto social em análise, é necessário também perceber como esses indivíduos enquanto agentes lidam com as contingências inerentes as estruturas sociais vigentes, isto é, do papel dos sujeitos enquanto agentes da sua própria experiência social.¹

Deste modo, a descrição e análise das trajetórias de vida dos entrevistados tem sido um dos objetivos da recolha dessas informações biográficas. Importa salientar, que

¹Os dados referentes às trajetórias de vida resultam da combinação entre a análise de notas de campo obtidas mediante observações diretas, de entrevistas narrativas e de conversas informais efetuadas aos comerciantes desde o primeiro trimestre de 2011 e as perspectivas teóricas acima delineadas. O trabalho de campo representa um contexto de convivência que se tem desenrolado em diferentes situações e, proporcionando momentos privilegiados em que meus interlocutores puderam dar sentido às suas experiências, uma ocasião para formularem, através das palavras, os modos pelos quais atribuem um significado respeitante ao que viveram (SCHNAPPER, 2000). Essas diferentes situações que combinou conversas, convivência e entrevistas representaram uma oportunidade para, captar dados referentes aos trajetos de vida e histórias profissionais.



para efeitos deste estudo, concebo as trajetórias de vida como partes da história de vida, um determinado percurso, itinerário ou ciclo do entrevistado que vai de encontro aos interesses da pesquisa (GONÇALVES e LISBOA, 2007, p.88). De acordo com Bogdan e Biklen (1994), as trajetórias de vida consistem numa tentativa de reconstituir a carreira dos indivíduos, enfatizando o papel das organizações, acontecimentos marcantes e outras pessoas com influências significativas comprovadas na moldagem das definições de si próprias e das suas perspectivas de vida. São narrações apresentadas pelos atores sociais relativamente aos seus percursos biográficos, com referência às circunstâncias histórico-sociais que o caracterizam (CRESPI, 1997, p.224).

Nesse sentido, meu interesse, durante a realização dessas entrevistas, tem sido focado na maneira como os meus interlocutores espontaneamente expressavam e falavam sobre o que é importante para eles e como eles pensam as suas ações e dos outros dentro desse contexto social em que estão inseridos. O relato de vida pode, então, caracterizar-se como a atualização das experiências pessoais através de um processo de apropriação do social, de mediatização das experiências da subjetividade individual e de seleção de experiências para reconstruir uma identidade ante a qual se enuncia como eu, quer dizer, como sujeito (MEDINA, 2000: p.27).

Dessa forma, apresento a seguir uma análise parcial de dados biografias de duas comerciantes por mim entrevistadas. Esta análise pretende contemplar três dimensões das suas histórias de vida: o seu passado de sucessos ou de fracassos, o seu presente pletórico de estratégias e o seu futuro de receios e expectativas.

2.1 Zungar: uma prática mercante de rua

Zungueiras são as comerciantes de rua de Luanda. O termo “*zungueiro*” tem a sua origem etimológica na palavra *zunga*, outra expressão da língua nacional kimbundu que literalmente traduzida para o português significa circular, andar à volta, girar. Trata-se de um jargão utilizado pelos luandenses para designar os comerciantes de rua, particularmente os vendedores ambulantes. As zungueiras são majoritariamente itinerantes. Em termos de indumentária, as zungueiras, apesar da “modernidade” na



maneira de vestir, grande parte alterna entre uma indumentária mais “globalizada” e a exibição de certos marcadores que constituíram o traje típico das “mamas quitadeiras”, evidenciado, sobretudo pelo uso do pano “africano” na cintura e o lenço na cabeça.

Relativamente aos percursos de vida das comerciantes inquiridas, ficou registrado que de uma maneira geral, as zungueiras são mulheres migrantes, originárias do interior do país. Como fatores ligados a tal migração se pode citar: o constante deslocamento de populações quer a procura de segurança durante o período do conflito armado, quer a procura de melhores condições de vida ou oportunidades de negócios em Luanda.

A necessidade de ganhar a vida torna-se o primeiro dilema neste processo do seu estabelecimento na cidade-capital.¹ No que concerne a sua inserção nas atividades comerciais de rua, ficou em evidência que contam com o apoio das redes sociais. Neste contexto, são os amigos e familiares que vão inseri-las nessas atividades, fornecendo as regras do mercado; a compra de mercadoria; as estratégias de venda e as redes de solidariedades. Os fragmentos da trajetória de vida de Maria, que a seguir apresento, parece bem ilustrar esse fenômeno:

Maria é natural da Quissama, província do Bengo, de onde saiu fugindo da guerra. Em 1984 se estabelece em Luanda, no município do Cazenga, onde reside atualmente. Solteira e separada, é mãe de um rapaz de catorze anos. Exerce a atividade de câmbio nas imediações do mercado Roque Santeiro, situado no município do Sambizanga. Tem como escolaridade a sexta-classe. O contato com a “profissão de Kinguila” se deu através de sua tia que, comovida com a sua condição de desemprego, levou-a para rua e lhe introduziu nas normas daquele ofício. Anterior a isso, não tivera qualquer experiência profissional ou atividade remunerada. O incentivo da tia e a necessidade de “ganhar o pão de cada dia”, a levaram a abraçar a atividade de Kinguila. A grande satisfação e motivação que encontra na atividade são o fato de esta lhe proporcionar o sustento, de com ela poder “ganhar a vida”. Como ela própria diz: “Gosto, porque é onde eu ganho o meu pão, e por causa dela não durmo com fome” [Entrevista com Maria, Kinguila, município do Sambizanga, Luanda]

É também nesse grupo, das mais jovens, que encontramos de certa forma percursos profissionais marcados por passagem por empregos fora das atividades comerciais de rua, bem como por um interesse na aquisição de novas experiências

¹ Grande parte dessas deslocamentos foi efetuada entre os finais da década de 80 e inícios da década de 90. Estas datas coincidem com marcos históricos importantes nomeadamente: o período de transição entre a I e a II República que, implicou reformas políticas e económicas; Assinatura dos Acordos de Bicesse, a realização das primeiras Eleições Multipartidárias e o eclodir do conflito pós-eleitoral.



profissionais que observem as exigências do mercado oficial de trabalho, onde algumas de nossas interlocutoras, segundo depoimentos, almejam futuramente estar inseridas, embora esse desejo manifestado contraste com as oportunidades oferecidas pelo atual mercado de trabalho oficial. Esta geração manifesta uma maior perspectiva de inclusão, por isso seu horizonte, do comércio de rua, é de uma atividade passageira no intuito de alcançar outra situação, como a abertura de um negócio maior ou realização de viagens de negócio ao exterior do país. Em verdade, para muitas delas, é o lugar onde vão buscar recursos para realização de outros anseios pessoais e profissionais. Esse parece ser o caso de Ngueve:

Ngueve nasceu no interior da província do Huambo. Em 1992, por altura do conflito pós-eleitoral, desloca-se com os pais para a cidade do Huambo, onde permanecem até 1999, altura em que se deslocam para Luanda à procura de segurança e de melhores condições de vida. Por altura do deslocamento, tinha como escolaridade a sexta-classe, ficando dois anos longe dos estudos, que retomou em 2002. Concluiu a sétima classe. Na altura da entrevista cursa a nona classe. Paralelamente, possui o curso de informática e pretende efetuar outros cursos profissionalizantes. Vendo que só estudar não garantiria a sua subsistência, em 2004 se lança no negócio de calçados brasileiros. Com a posterior falta de mercadoria ingressou, temporariamente, na venda de cuecas. Mora com o marido, técnico médio de enfermagem, e os dois filhos. Seu objetivo é fazer o curso de enfermagem. Enquanto isso, vai fazendo alguns cursos profissionais, pois como ela mesma diz, seu objetivo é adquirir novos conhecimentos, para poder avançar na vida [Ngueve, Zungueira, Bairro do Hojya-Henda, Luanda].

Após a apresentação dos dados do contexto de Luanda, a seguir apresento um breve relato etnográfico da minha experiência de pesquisa junto a uma baiana de acarajé, do centro antigo da cidade de Salvador, que tem sido minha interlocutora ao longo do trabalho de campo. Começo por descrever o contexto no qual se dá esse “encontro etnográfico”:

Meu contato com Dona Edna se dá pela primeira vez num final de tarde de sexta-feira, em meados de Novembro de dois mil e doze. O encontro ocorreu na Avenida Sete, espaço onde Dona Edna ergue o seu tabuleiro de Acarajé. Quando cheguei, Dona Edna estava em pé conversando com uma senhora que aparentava ser também vendedora, já que carregava consigo um tabuleiro de salgados, um recipiente com suco e copos de plásticos descartáveis. Cheguei junto, cumprimentei e me apresentei dizendo quem eu era e que tinha sido indicado por uma de suas sobrinhas que fazia parte da minha rede de amizade. Dona Edna respondeu que não se lembrava dessa conversa com a sobrinha, entretanto solicitou que explicasse qual o conteúdo da conversa que gostaria de ter com ela, retorqui que era estudante da Ufba e que estava a desenvolver uma pesquisa acadêmica sobre comércio de rua no Centro Antigo de Salvador e que para tal gostaria de obter depoimentos de vendedores da região. Dona Edna concordou, entretanto, advertiu que seu cotidiano era muito agitado e que eu teria



que ter paciência, que não podia ter pressa e que também teria que contar com o “estado de espírito” dela que varia de dia para dia. Agradei a sua disponibilidade e disse que trabalharia consoante a sua disponibilidade. Ela perguntou de onde eu era, e eu respondi que era angolano. Como já eram aproximadamente seis horas da tarde e tendo em conta que ela estava encerrando o dia de trabalho, marcamos a primeira conversa para segunda-feira. Despedi-me e peguei a estrada. Chegado o dia do encontro, na segunda-feira, a expectativa de era grande. Cheguei eram por volta de uma hora da tarde, lá estava Dona Edna sentava no banco. Aproximei-me e cumprimentei e, em tom de brincadeira perguntei: “lembra-se de mim, está bem ou mal humorada hoje”? Dona Edna respondeu com um tímido sorriso. Em seguida, pedi licença para sentar e ela indicou para mim um dos bancos que serve de assento para clientela. Sentei próximo a ela, não consegui chegar muito perto porque para além do tabuleiro, ao redor de dona Edna tinha ainda inúmeros objetos de trabalho que me impossibilitavam de chegar muito próximo a ela. “Diga ai, o que você quer mesmo saber”? disse Dona Edna . Em resposta voltei a falar um pouco mais da pesquisa, da minha anterior pesquisa sobre comércio de rua de Luanda, das similitudes entre o comércio de rua de Luanda com o de Salvador. A partir dessa introdução criamos o clima para o começo da conversa. Na verdade meu objetivo não era propriamente efetuar uma entrevista nesse primeiro dia de contato mas, ficou claro também que nem toda situação de pesquisa é prevista ou determinada pelo pesquisador. Nesse caso, a vontade de Dona Edna acabou por ditar a realização de uma conversa mais formal [Extrato do diário de campo, 26/10/2012].

2.2 Mas quem é dona Edna?

Eu sou baiana, soteropolitana da gema. Eu nasci no dia 26 de junho de 1955, no Garcia. Depois vim para aqui e comecei a trabalhar, já trabalhei em outros lugares, mas, aqui é onde eu enterrei o meu umbigo e daqui só saio para o cemitério. Minha infância tive pouca, porque minha vida foi corrida, só trabalho, trabalho. Meu pai largou a casa e minha mãe teve que trabalhar, então, eu e minha irmã começamos a ajudar ela, começamos a botar fruta na cabeça para vender, depois comecei a frequentar a casa da minha vizinha e aprendi a fazer o acarajé e ai ficou [Entrevista com Dona Edna, Baiana de Acarajé, 29/10/2012].

Após alguns dias de conversas com Dona Edna, de acompanhamento e observação do cotidiano da sua atividade e do que acontecia em torno do seu tabuleiro de acarajé, e na medida em que redigia minhas notas de campo senti necessidade de eleger um termo para descrever esses momentos de interação e convivência, surpreendentemente singuilar¹ foi o termo que me ocorreu para narrar essa minha experiência ao redor de um tabuleiro de acarajé.

Poderá meu leitor perguntar: que negócio é esse? O que singuilar tem a ver com acarajé? Dai a necessidade de uma prévia explicação sobre o significado do termo e a

¹ Singuilar é um termo originário da língua kimbundu, uma das nove principais línguas africanas locais faladas em Angola.



razão de ser da sua utilização nesse trabalho. Fazendo fé às informações do etnólogo angolano Óscar Ribas (1989), sunguilar significa seroar. Passar a noite, quer cavaqueando, quer narrando passatempos, como histórias, adivinhas, quer folgando em rodas e outras diversões. Sunguilar era uma prática muito recorrente da minha infância e adolescência, quando sentado na esteira ao redor de minha avó materna, ouvia suas histórias da sua época de quintandeira nas feiras de Luanda, recebia conselhos, ouvia canções, praticava o kimbundu, mas, sobretudo aprendia coisas novas, já que constituía um momento privilegiado em que os mais velhos passavam suas experiências de vida aos mais novos.

Sentado ao redor do tabuleiro, num banquinho que me é oferecido por Dona Edna sempre que apareço para conversar, vou me apercebendo e me surpreendendo com as teias de relações sociais que se vão tecendo em torno dela e de seu tabuleiro. Observo a multiplicidade de atores sociais que em sua volta gravitam, todos a ela ligados por relações sociais de freguesia, amizade, parentesco, solidariedade, consideração, comensalidade. São: funcionários públicos em trânsito, seguranças de estabelecimentos, policiais militares em ronda pelo local, vendedores das Casas Bahia, moradores da Avenida Sete, vendedores ambulantes, garis, parentes que passam por ali para cumprimentá-la ou pegar algo em suas mãos. Ao redor do tabuleiro as pessoas sentam, comem as iguarias, brincam, dão risada, desabafam e revelam aspectos das suas vidas pessoais conversam sobre futebol ou sobre a política local. Num desses dias, a recém-eleição de ACM Neto como prefeito de Salvador, no dia anterior, era o tema mais abordada. “*Edna, teu candidato ganhou?*”, pergunta em tom de chacota uma conhecida da baiana que passava, às pressas, próximo ao tabuleiro, dona Edna responde: “*não*”. Retorquiu a mulher: “*é o meu também não*”. Dona Edna, durante a conversa sobre os resultados das eleições, mostrou-se preocupada com o futuro do comércio de rua da Avenida Sete na era ACM Neto. “*vão nos mandar para os barris*”, diz ela.

Durante a minha permanência ao redor do tabuleiro da Baiana, foi bastante frequente ouvir os inúmeros cumprimentos a ela dirigidos: “*Oi Dona Edna, Boa tarde Baiana, Edna tudo bem?*”. Dona Edna responde: “*Oi meu filho*”, “*E ai, tudo bem?*”, “*Oi meu amor*”. Talvez esse seja um dos sentidos da rua a ela atribuída pelos comerciantes



de rua com os quais tenho dialogado, como me confidenciou um deles: “ *a rua também é uma escola. “Na rua você está em contato com o mundo”*. Algumas formas de interação e laços de sociabilidade observados sugerem uma extensão dos laços de solidariedade, das redes de vizinhança cultivadas nos bairros “periféricos” de Salvador.

Trata-se de uma “cultura de rua” que nada tem a ver com a imagem frequentemente difundida da rua “como o lugar da desordem e da violência”. Durante esse período, observei práticas sociais que me levaram a refletir sobre o processo de construção de relações sociais baseadas na amizade, no respeito, na solidariedade e na comensalidade. Daí, usar o termo singular para caracterizar esses momentos em que sentei, ouvi, observei e aprendi.

3 Conclusões

Ao longo do artigo procurou-se assinalar que ao mesmo tempo em que constitui hoje uma das faces mais marcante do cotidiano da cidade de Luanda, o comércio de rua esteve presente desde os primórdios da cidade, construindo e fazendo parte da sua trama cotidiana e de relações sociais. Por outro lado, apontou-se a influência do passado Atlântico nas configurações sócio-antropológicas do atual comércio de rua de Salvador, o que pressupõe que um entendimento desses contextos os considere como parte de um processo que é simultaneamente nacional, transnacional e translocal (ALMEIDA, 2007). Essas afinidades históricas desenroladas durante as relações transatlânticas, no meu entender, colocam Salvador como lugar privilegiado para se estabelecer um diálogo sobre práticas que embora desenvolvidas em contextos históricos, culturais e políticos diversos suscitam uma maior problematização, na medida em que, têm sido pouco problematizadas e, cujo debate tem ficado muito mais no âmbito da retórica dos discursos oficiais ou implicitamente enrustidos no imaginário social das sociedades angolana e brasileira.

Referências Bibliográficas

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.



CRESPI, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Estampa, 1997.

DUNN, Christopher. A roma negra e o Big Easy: raça, cultura e discurso em Salvador e Nova Orleans. *Afro-Ásia*, 37 (2008), pp. 119-151.

FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular Belle Époque imperfeita*. 1994. Dissertação. (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Teresa Kleba. "Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida". *Katál. Florianópolis*, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

INSTITUTOSINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL. Mapa da população no mercado de trabalho. Regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal – Outubro de 1999. São Paulo: Centro de Solidariedade AFL-CIO, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIESSE.

MARTINI, Gerlaine Torres. *Baianas do Acarajé. A uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira*. 2007. Tese. (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília.

MEDINA, María Clara, "um recorrido del pasado a muestra historia: el relato de vida em la investigación social. In M. Barbieri (Ed.), Córdoba: Edição de la Fundación de la universidad de Rio Cuarto, 2000, pp. 23-35.

PAIM, MÁRCIA Regina da Silva. *Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de "mulheres de saia" e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, 24(2000), pp.199-242.

SOARES, Cecília Moraes. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no Século XIX. in: *Revista Afro-Ásia*. Salvador: CEAO/UFBA, 1996. (p.57-71).



SOARES, Cecília. *A Mulher negra no século XIX*. Salvador. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Orlando. “Do pregão da Avó Ximinha” ao grito da Zungueira. Trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda. 2010. Dissertação (mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.